

GT33: Direito à cidade: engajamentos, resistências e lutas por direitos sociais em espaços urbanos.

Michelle Lima Domingues, Priscila Tavares

O GT se propõe discutir práticas, valores, sentidos e representações que, associados à noção de cidadania, se expressam em lutas por direitos sociais na cidade e incorporam processos de demandas materiais e imateriais mormente vinculados à proposição de uma vida digna. São bem-vindos trabalhos etnográficos que expressem análises da dimensão política, moral, jurídica, burocrático-administrativa e pedagógica de tais processos, bem como da consequente produção de subjetividades e práticas de intervenção, cujos sujeitos demandantes de direitos podem ser representados ou mediados por movimentos sociais, associações, organizações comunitárias, ONGs, entidades filantrópicas de maneira geral e/ou agentes estatais. Pontuamos que as desigualdades sociais, fundadas historicamente em um regime de cidadania no país profundamente desigual em sua distribuição, que impõe limites ao acesso a direitos sociais por diversos segmentos e grupos sociais subalternizados na sociedade brasileira, têm se agravado no contexto da pandemia da Covid-19 e da política de austeridade fiscal, ressignificando instrumentos e recursos de acesso a estes direitos. Diante de tal conjuntura desafiadora, propomos debater as diferentes formas de engajamento, de luta e de resistência em espaços urbanos que podem conformar a organização de sujeitos demandantes de direitos sociais (direito à moradia, à educação, à saúde, entre outros), assim como a regulação de relações sociais que pressupõem a cidadania como valor.

O quilombo urbano da Liberdade frente a negação de direitos em tempos de pandemia de Covid - 19

Autoria: ANGELA DE CASSIA COSTA, Jairo Linhares, Ivanilde

O estudo se propõe a fazer uma análise crítica baseada nos registros de casos contabilizados por infecção de COVID-19 entre os quilombolas urbanos do bairro da Liberdade, e o acionamento por parte dos moradores, de direitos garantidos pela certificação de área de Quilombo Urbano dada pela Fundação Palmares em 2019, ao acesso prioritário garantido nos termos do disposto no Plano Nacional de Imunização. O estudo frizar o fato da prefeitura municipal de São Luís não ter cumprido com o que dispõe o Plano Nacional de Imunização no que se refere aos critérios de elegibilidade dos grupos prioritários, não reconhecendo o direito a vacinação dos quilombolas do bairro da Liberdade. O estudo está dividido em três partes. A primeira trata sobre o histórico do quilombo urbano da Liberdade, que se remete ao surgimento do bairro, e como ele foi certificado como Quilombo Urbano, e a segunda fala sobre o quilombo urbano da Liberdade no mapa das desigualdades socioespaciais dos bairros de São Luís - MA, e a terceira relata sobre o quilombo urbano da Liberdade e a negação de direitos em tempos de pandemia, que diz sobre a situação de Negação de Vacinação a uma área quilombo, e acontecendo porque essa área está na zona urbana, o que não desobriga o Estado a não priorizar essa região merece uma reflexão ampla, pois se percebe que os direitos dessas pessoas foram usurpados e estas foram deliberadamente expostas a vários riscos, inclusive à morte. Para nortear a análise em tela operaremos com a noção de Necropolítica e biopoder de Achille Mbembe, bem como pela noção de outros autores como por exemplo Foucault, que fortemente nos fundamenta para fazer a referida análise.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

